COMO SE DEVE ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL

Luiz Roberto Fontes

Em 1840, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lançou um concurso sobre a melhor maneira de se escrever a história do Brasil, destinado a obter ideias na direção de um texto destinado a consolidar a nacionalidade brasileira, ao revelar um passado comum a todos os povos que ocupam o território e construíram a nação.

O Brasil estava independente de Portugal há quase duas décadas e necessitava definir a sua imagem como nação. Diversos elementos concorrem para isso, como o território, o idioma comum a todos os habitantes, os costumes similares, as tradições, a bandeira e o hino nacional, entre outros. Porém, uma nação necessita ter uma História, um registro dos feitos e acontecimentos relevantes, a serem divulgados e cultuados pelo povo.

A invasão de Portugal pela França napoleônica, em novembro de 1807, foi o movimento que impulsionou a emancipação e futura independência do Brasil. Com a transferência da corte portuguesa para cá, aportando em Salvador aos 18 de janeiro e no Rio de Janeiro em 8 de março de 1808, a colônia foi elevada à categoria de sede do Reino de Portugal, tendo por capital do império português a cidade do Rio de Janeiro.

A retirada da família real portuguesa frustrou as intenções de Napoleão Bonaparte, autoproclamado imperador da França em 1804 e que pretendia aprisionar o príncipe regente D. João de Bragança e anexar Portugal ao seu império. Assim, o território português foi conquistado, porém, a realeza, governo legítimo do país e de suas possessões, não foi destituída e escapuliu do domínio francês para a nova sede ultramarina, longe do alcance dos invasores. No então Estado do Brasil, entre várias mudanças, algumas concretizadas de imediato e outras posteriormente na ex-colônia, enumeram-se a abertura de escolas superiores, a instalação de fábricas, a vinda de missões científicas estrangeiras, a criação da Biblioteca Real, do Jardim Botânico e do Museu Real, sendo que o último, ligado à princesa Leopoldina, deu origem ao atual Museu Nacional e representou um importante passo na institucionalização da ciência no país (ver Vetores & Pragas, nº 44, p. 2-3, 2016).

O IHGB foi criado em 21 de outubro de 1838, com os objetivos de "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil" e "promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público." (extrato dos Estatutos, publicados na revista do IHGB em 1839). Faltava uma História para firmar a identidade nacional, o elo a unir os povos que compunham a nação. Da mesma forma, para as escolas faltava um livro-texto básico para compor o currículo de História Nacional, a ser ensinado em todas elas. A busca por livros estrangeiros, satisfatórios para outras matérias, não supria essa lacuna e, assim, a educação prosseguia deficitária. Daí a proposição do concurso, que premiava o vencedor com uma medalha de ouro. Concorreram o conselheiro Henrique Júlio de Wallenstein (1790-1843), com a "Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil", e o naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868),

Dr. Carl Martius, cerca de 1821. Figura de domínio público.

com o trabalho "Como se deve escrever a história do Brasil", originalmente em 18 folhas manuscritas em alemão e traduzidas ao português pelo engenheiro militar Guilherme Schüch, Barão de Capanema.

O projeto de Wallenstein propôs estudar a história nacional por períodos de décadas e não apresentou novidades. Ao contrário, o de Martius foi o vitorioso e esmiuçou os principais elementos que deveriam compor a historiografia do país, levando em conta as peculiaridades das diversas regiões que o compõem e os elementos humanos que o integram, das "três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular", conforme consta na monografia, publicada na revista do IHGB em janeiro de 1845.

Como se entende que a concepção de um estrangeiro vencesse um concurso dessa natureza? A resposta está na vida do personagem. Martius chegou ao Brasil em 5 de novembro de 1817, na comitiva de Dona Leopoldina, integrando como botânico a Missão Austríaca, destinada a explorar cientificamente o território brasileiro. Ele e o zoólogo Johann Baptist von Spix (1781-1826) exploraram inicialmente o estado do Rio de Janeiro, e a 8 de dezembro partiram para São Paulo, e de lá para Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Em 14 de junho de 1820 os dois naturalistas deixam Belém, Pará, rumo à Europa. A jornada científica durou cerca de dois e meio anos, em íntimo contato com a natureza e os povos das diferentes partes do país. De volta à terra natal, dedicaram-se os dois a estudar o material coligido, e publicaram a obra Viagem pelo Brasil 1817-1820, em três volumes que apareceram em 1823, 1828 e 1831, tendo Spix falecido em 1826, durante a elaboração do segundo volume. Martius dedicou-se a estudar a nossa flora e coordenou a produção da obra Flora Brasiliensis, publicada em 40 volumes de 1840 a 1906, grandemente patrocinada por D. Pedro II e, após a morte de Martius, continuada por outros três editores. Além de notável produção botânica, ele escreveu sobre a etnologia e linguística dos índios brasileiros, e em 1843 ofereceu ao IHGB um manuscrito sobre as publicações referentes à história do Brasil desde a descoberta da América, em complemento à sua monografia. Martius também é o autor do primeiro romance do Brasil, Frei Apolônio, um romance do Brasil, escrito em 1831 e publicado somente em 1992, aqui e na Alemanha, em que une realidade e ficção e um dos temas capitais é a sua convivência com índios e brancos.

Destacamos a frase do biógrafo Frederico Sommer no livro A vida do botânico Martius (1953, p. 7): "o Brasil e os brasileiros exerciam sobre o jovem, que conosco viveu apenas três anos, tão forte impressão que ele se tornou, depois da sua volta à Europa, cidadão espiritual do nosso país, o qual considerava sua segunda pátria. Até o fim de seus dias continuou a prestar a esta serviços preciosos e compartilhou na sua terra distante de tudo que aqui ocorria." Isto posto, reconhecemos em Carl Martius um brasilianista!

Os historiadores que analisaram o documento de Martius com frequência concluíram que o naturalista silenciou, esqueceu ou se calou diante de problemas de época ou de uma ou outra raça, ou foi parcial ou tendencioso em sua proposta, ou ainda que ele inventou um passado para a nação. Não interpreto dessa maneira; para entender a composição há que se situar na época de escrita e, ainda, no tempo mais remoto da viagem por ele empreendida aos afastados rincões do país. Martius era um europeu de formação cultural ampla, um médico naturalista – não era político nem diplomata – e extrapolou largamente os limites de seu ofício botânico na missão científica, ao coletar dados de interesse etnológico, linguístico, cartográfico e de medicina indígena. O país visitado era uma monarquia – como também o seu próprio país, o reino da Bavária – e ele defendeu essa forma de governo como a melhor para nós; havia a questão escravocrata, que ele não combateu nem lhe cabia essa tarefa; o elemento humano português expandia as fronteiras em domínios indígenas, povos cujas culturas e necessidades de sobrevivência eram pouco conhecidas. Em sua monografia, ele apresentou concepções sinalizadas por sua dilatada vivência expedicionária no Brasil, aquilo que ele viu e sentiu, sempre com orientação científica ao buscar as congruências entre os eventos. Nessa empreitada e marcado pelos valores de sua época e pelos exemplos da Imperatriz D. Leopoldina e do Imperador D. Pedro II, ambos amantes da ciência, o naturalista foi autêntico.

O projeto apresentado por Martius vislumbrava a elaboração de uma História, um registro dos feitos e acontecimentos relevantes para fortalecer a unidade da nação, a serem divulgados e cultuados pelo povo. Mas a obra histórica tão almejada, pioneira e referência para a nação, somente aparecerá na próxima década, resultado do trabalho contínuo e obstinado de um diplomata do Império. ■

ISSN 1982-4262

A primeira revista brasileira de pragas urbanas

Ano XXI - Nº 50

ESPERANÇA:

Com Bolsonaro o povo brasileiro e o setor voltam a acreditar no futuro do país

CHIKUNGUNYA:
Biólogos alertam para uma nova epidemia

Pág. 26

DIONÍSIO LINS E RODRIGO MAIA
Dois grandes parceiros do setor

Pág. 28